

Apoio do FMI e BIRD

por Paulo Sotero
de Washington
(Continuação da 1ª página)

dívida", quase seis anos atrás. A mensagem, disse a fonte, elogia as intenções do programa econômico brasileiro e enfatiza que o fato de as medidas iniciais terem sido anunciadas em circunstâncias políticas fortemente desfavoráveis indica a seriedade de propósitos da equipe econômica brasileira.

O texto provisório, que foi transmitido ao ministro Mailson da Nóbrega pela representação do Brasil no FMI, tem sido objeto de "consultas" com o comitê de bancos, disse uma fonte bem informada. Um executivo de um grande banco de Nova York, familiarizado com as negociações entre o

comitê e o governo brasileiro, disse a este jornal que o mesmo ocorreu, na semana passada, com a mensagem a ser enviada pelo presidente do Banco Mundial (BIRD), Barber Conable. "Os bancos querem que ele dê mais ênfase à disposição do BIRD de conceder novos empréstimos ao Brasil, pois disso depende a partilha dos encargos do financiamento brasileiro entre credores oficiais e privados", afirmou a fonte.

Na semana passada, o BIRD deu um sinal de sua disposição, aprovando um empréstimo de US\$ 195 milhões para o Brasil. Até o final deste mês, quando se encerra seu exercício fiscal, o banco poderá aprovar outros US\$ 800 milhões em créditos para o Brasil — um montante que pode elevar-se para mais de US\$

1,1 bilhão, caso haja tempo para preparar a documentação relativa a um crédito de US\$ 175 milhões que o BIRD destinará à reconstrução das áreas do Estado do Rio atingidas pelas inundações no início deste ano. As negociações desse empréstimo já foram concluídas.

Notando que houve uma dramática mudança para melhora da atitude da hierarquia do BIRD em relação ao Brasil nas últimas semanas, um funcionário da instituição disse que, mesmo que alguns dos empréstimos que estão programados para ir ao "board" ainda neste mês sejam retirados da agenda, sua aprovação é considerada certa para o início do próximo ano-fiscal do BIRD. O banco espera também poder concluir as ne-

gociações e aprovar, no segundo semestre, dois empréstimos setoriais, de US\$ 500 milhões cada um.

A concessão desses dois créditos — um para o financiamento do setor elétrico, o outro para o financiamento de uma reforma da política comercial brasileira —, bem como a volta da carteira brasileira do BIRD para financiamento de projetos aos níveis elevados do período anterior à moratória, é essencial para a viabilização dos componentes de co-financiamento e de financiamento paralelo que o governo brasileiro já acertou com os bancos credores ao negociar as regras para o desembolso das duas (de três) parcelas finais do empréstimo de US\$ 5,2 bilhões que constará do "pacote" de reescalonamento da dívida.

CONVERSÃO SEM DESÁGIO

Quanto às negociações com os bancos, na semana passada o Brasil propôs uma fórmula que asseguraria a imunidade dos depósitos do BC no exterior que representam reservas, mas excluiria os ativos ligados a transações comerciais. Não foi possível saber a reação dos bancos, que, publicamente, continuam insistindo na necessidade de o Brasil abrir mão da imunidade, como fez em acordos anteriores. Um funcionário brasileiro próximo às negociações indicou que ambos os lados adotaram "posições mais flexíveis" sobre a questão, na sexta-feira passada, e que isso animou os dois lados a se encontrar novamente no domingo.

Resolvido o item legal, ficará faltando acertar, ainda, o tratamento a ser dado a uma parte do empréstimo de US\$ 5,2 bilhões para efeito de conversão. Embora o assunto ainda não tenha sido tratado formalmente, fontes dos dois lados da negociação disseram a este jornal que o governo brasileiro já acenou com a abertura de uma nova janela do programa de conversão, dentro da qual seriam autorizadas conversões ao valor de face de até US\$ 50 milhões por mês, durante três anos, a partir de uma data posterior ao terceiro desembolso dos US\$ 5,2 bilhões.

Se confirmada, essa concessão brasileira abrirá a possibilidade para os bancos converterem, sem deságio, um total de US\$ 1,8 bilhão, que é praticamente a diferença entre o valor total do empréstimo de US\$ 5,2 bilhões e os US\$ 3 bilhões, mais juros e comissões, do empréstimo de 180 dias que 114 bancos concederam ao País em dezembro passado e que deu início à normalização dos pagamentos de juros pelo Brasil.